

***CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO***

***DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016***

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos Administradores da  
**Confederação Brasileira de Tiro Esportivo**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Entidade, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade da continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Entidade interrompa a sua continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2018.

**FSA NETWORK Consultores**  
CRC-RJ-003004/O-2

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'L. Soares'.

**Levi O. Soares**  
Contador-CRC-RJ-031950/O-9



## CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais, centavos omitidos)

ATIVO	2017	2016	PASSIVO	2017	2016
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	1.448.934	1.771.277	Obrigações fiscais	192.250	194.427
Outros ativos	36.015	16.788	Contas a pagar	25.910	39.458
	<b>1.484.949</b>	<b>1.788.065</b>	Governamentais	245.598	500.811
				<b>463.758</b>	<b>734.696</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Imobilizado	234.001	357.543	Contas a pagar	45.555	-
	<b>234.001</b>	<b>357.543</b>	Provisão para contingências	730.813	81.355
				<b>776.368</b>	<b>81.355</b>
			<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
			Superávit acumulado	478.824	1.329.557
				<b>478.824</b>	<b>1.329.557</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.718.950</b>	<b>2.145.608</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>1.718.950</b>	<b>2.145.608</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais, centavos omitidos)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>RECEITAS</b>		
Receitas da Lei Agnelo/Piva	2.395.131	3.626.445
Convênios com Ministério dos Esportes	-	1.706.849
Mensalidades de atiradores	1.034.448	1.073.868
Inscrição de torneios	989.083	636.036
Outros convênios	-	823.489
	<u><b>4.418.662</b></u>	<u><b>7.866.687</b></u>
<b>DESPESAS</b>		
Gastos com recursos públicos	(2.395.131)	(3.626.445)
Despesas com torneios	(812.047)	(253.447)
Gastos dos convênios com Ministério dos Esportes	-	(1.684.004)
Despesas gerais	(1.261.143)	(1.447.965)
Despesas administrativas	(826.374)	(508.319)
Despesas com pessoal	(43.641)	(46.205)
Despesas tributárias	(5.974)	(4.150)
Outras receitas operacionais	1.051	344.959
Resultado financeiro líquido	73.864	(220.754)
	<u><b>(5.269.395)</b></u>	<u><b>(7.446.330)</b></u>
<b>Resultado do exercício</b>	<u><b>(850.733)</b></u>	<u><b>420.357</b></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016**  
**(Em reais, centavos omitidos)**

	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>909.200</b>	<b>909.200</b>
Superávit do exercício	420.357	420.357
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<u><b>1.329.557</b></u>	<u><b>1.329.557</b></u>
Déficit do exercício	(850.733)	(850.733)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<u><b>478.824</b></u>	<u><b>478.824</b></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016  
(Em reais, centavos omitidos)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Atividades operacionais</b>		
Resultado do exercício	(850.733)	420.357
<b>Ajustes</b>		
Depreciação	152.516	71.223
Provisão para contingências	750.813	81.355
	<u>32.596</u>	<u>572.935</u>
<b>Variação do ativo/passivo circulante</b>		
Outros ativos	(19.227)	366.634
Outros passivos	(306.738)	(1.305.887)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<u>(293.369)</u>	<u>(366.318)</u>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado	(28.974)	(26.068)
<b>Caixa gerado pelas atividades de investimentos</b>	<u>(29.974)</u>	<u>(26.068)</u>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(322.343)</u>	<u>(392.386)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.771.277	2.163.663
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.448.934	1.771.277
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(322.343)</u>	<u>(392.386)</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE TIRO ESPORTIVO

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016**  
**(Em reais, centavos omitidos)**

### **1. Contexto operacional**

A Confederação Brasileira de Tiro Esportivo, designada pela sigla CBTE, filiada à International Shooting Sport Federation (ISSF), à Confederación Americana de Tiro (CAT), à Confederación Sudamericana de Tiro (CST), à Confederación Iberoamericana de Tiro (CIT), à World Field Target Federation (WFTF), e ao Comitê Olímpico Brasileiro, designado pela sigla COB, é uma associação de fins não econômicos, de caráter desportivo. Foi fundada e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, desde 01 de dezembro de 1999, constituída pelas Entidades filiadas de administração do desporto do tiro nos estados e Distrito Federal.

A CBTE, dentro da sua finalidade desportiva, tem como principal objetivo administrar, dirigir, controlar, difundir e incentivar, em todo o país, o esporte do tiro em todos os níveis, inclusive o paralímpico praticado por portadores de deficiências.

### **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis**

#### **2.1 Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Entidade e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, em obediência à Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas estabelecidas pela NBC TG 1.000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e ITG 2002 – Entidades sem Finalidades de Lucros.

#### **2.2 Principais práticas contábeis**

As principais práticas e procedimentos contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, juntamente com a composição dos saldos das principais rubricas, estão descritas a seguir:



#### **a. Resultado das operações**

É apurado em conformidade com o regime contábil da competência de exercícios.

#### **b. Caixa e equivalentes de caixa**

Estão representados pelos recursos mantidos em espécie na tesouraria da Entidade e pelos saldos dos depósitos bancários à vista, de livre movimentação em instituições bancárias no País.

As aplicações financeiras, representadas por investimentos temporários de curto prazo mantidos em instituições financeiras no País, com prazos de vencimentos de até três meses a contar da data da aquisição, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são avaliadas pelos valores efetivamente aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Nenhuma das aplicações financeiras é destinada à negociação ou se encontra disponível para venda, motivo pelo qual não são avaliáveis pelo seu valor justo ou de mercado. Deste modo, não foram efetuados registros contábeis no patrimônio líquido a título de ajustes de avaliação patrimonial em decorrência dos aumentos ou diminuições de valor resultante das avaliações pelo critério de valor justo ou de mercado, visto que os montantes demonstrados efetivamente representam os respectivos valores de realização.

#### **c. Imobilizado**

Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações, que não supera o valor provável de recuperação determinado com base nos resultados das operações futuras da Entidade. As depreciações foram calculadas pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens.

#### **d. Passivo circulante**

Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data dos balanços.

#### **e. Imposto de renda e contribuição social**

A Entidade está isenta de pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, em virtude de não ter finalidade de lucros, conforme determinado pelo artigo 174 do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999.



#### f. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os valores estão apresentados em Real, foram arredondados para o número mais próximo e estão com centavos omitidos, exceto quando indicado de outra forma.

#### g. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e premissas, pelo menos anualmente.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
<b>Caixa</b>	<b>2.169</b>	<b>436</b>
Banco do Brasil S.A. – Recursos próprios	402	18.721
Banco Itaú S.A.– Recursos próprios	10	10
Bradesco S.A – Recursos próprios	1	-
Caixa Econômica Federal – Recursos próprios	22.732	15.980
Caixa Econômica Federal – Ministério dos Esportes	-	331.595
Caixa Econômica Federal – COB	453.260	169.234
<b>Bancos conta corrente</b>	<b>476.405</b>	<b>535.540</b>
Bradesco S.A – Recursos próprios	177.850	-
Banco do Brasil S.A. – Recursos próprios	-	669
Banco Itaú S.A. – Recursos próprios	40	258
Caixa Econômica Federal – Recursos próprios	782.438	1.147.374
Caixa Econômica Federal – COB	10.032	87.000
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>970.360</b>	<b>1.235.301</b>
	<b>1.448.934</b>	<b>1.771.277</b>



#### 4. Imobilizado

É assim demonstrado em 31 de dezembro:

		2017			2016
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Valor residual
Móveis e utensílios	10%	160.085	(114.164)	45.921	58.544
Máquinas e equipamentos	10%	422.980	(358.639)	64.341	83.525
Edifícios, imóveis e terrenos	10%	180.312	(180.312)	-	-
Instalações	10%	24.987	(17.176)	7.811	10.310
Veículos	20%	40.325	(35.573)	4.752	12.817
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	453.419	(346.761)	106.658	191.736
Direito de uso	10%	14.232	(9.714)	4.518	-
Outros imobilizados	10%	112.466	(112.466)	-	611
		<b>1.408.806</b>	<b>(1.174.805)</b>	<b>234.001</b>	<b>357.543</b>

#### 5. Obrigações fiscais e sociais

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

	2017	2016
INSS	98.459	96.306
FGTS	5.123	4.467
IRRF	4.963	7.620
Férias e encargos	59.904	54.474
Salários a pagar	23.801	31.560
	<b>192.250</b>	<b>194.427</b>

#### 6. Governamentais

São assim demonstrados em 31 de dezembro:

		2017	2016
Convênio com Ministério dos Esportes	(i)	-	331.595
Comitê Olímpico Brasileiro – COB	(ii)	245.598	169.216
		<b>245.598</b>	<b>500.811</b>



- (i) O Convênio nº 778135 firmado com o Ministério dos Esportes foi encerrado em fevereiro de 2017, os saldos remanescentes foram devolvidos e os gastos não recuperáveis foram reconhecidos como despesa da Entidade.
- (ii) Durante o exercício de 2017, a Confederação Brasileira de Tiro Esportivo recebeu recursos do COB, através de repasses da Lei Agnelo/Piva. Foram utilizados e/ou devolvidos o montante de R\$ 2.395.131 (R\$ 3.626.445 em 2016), nas operações do objeto social da Entidade. O saldo em 31 de dezembro de 2017, que era de R\$ 245.598 (R\$ 169.216 em 2016), será utilizado para quitar despesas relativas a projetos não encerrados de 2017, ou devolvido ao COB.

## **7. Provisão para contingências**

A Administração, apoiada na opinião de seus assessores jurídicos, e quando aplicável fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nos pareceres emitidos pelos assessores jurídicos, a Entidade apresenta R\$ 730.813 de processo com probabilidade de perda provável na esfera cível em 2017 (R\$ 81.355 de processos com probabilidade de perda provável na esfera trabalhista em 2016).

## **8. Patrimônio líquido**

O Patrimônio líquido é constituído pelos resultados acumulados de cada exercício, referentes às operações inerentes à Entidade.

## **9. Lei Agnelo/Piva**

A Confederação Brasileira de Tiro Esportivo recebeu recursos da Lei Agnelo/Piva para utilização no objeto social da Entidade. Esse montante é registrado em caixa e equivalentes de caixa e em contrapartida do contas a pagar governamentais. Durante o exercício, a Entidade utilizou o montante de R\$ 2.395.131 (R\$ 3.626.445 em 2016) nas operações do objeto social da Entidade, registrando receitas e despesas de igual montante para manter o equilíbrio na apuração do resultado deste convênio, conforme demonstrado na Demonstração do Resultado do Exercício.

Cabe destacar que os gastos desses recursos foram para o fomento e desenvolvimento do desporto, manutenção do desporto, preparação técnica, participação e/ou organização de eventos esportivos e remuneração de dirigentes.



## 10. Inscrições de torneios

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Modalidade – Carabina/Pistola	424.785	350.285
Modalidade – Prato	116.936	110.816
Modalidade – Trap	226.761	174.935
Campeonato Sulamericano	220.601	-
	<u><b>989.083</b></u>	<u><b>636.036</b></u>

## 11. Despesas gerais

São assim demonstradas em 31 de dezembro:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Despesas com serviços contratados	151.460	225.842
Despesas com ocupação	105.314	141.658
Despesas com comunicação	121.040	103.364
Depreciação	152.516	71.223
Despesas com provisão para contingências	730.813	81.355
Gastos convênios de patrocínios	-	824.523
	<u><b>1.261.143</b></u>	<u><b>1.447.965</b></u>

## 12. Seguros

A Entidade mantém cobertura de seguros contra incêndios, raios e explosões, danos elétricos, roubo de máquinas e valores para o imóvel, maquinários e móveis, equipamentos e suas respectivas instalações. Os montantes segurados são julgados suficientes para a cobertura de eventuais sinistros.

\* \* \*